

Apresentação

A *Revista Estudos Geográficos - Rio Claro* reúne neste número dois grupos distintos de trabalhos acadêmicos que focam questões relacionadas ao aspecto urbano e relativas ao ensino e a produção do conhecimento em Geografia.

No primeiro grupo destacam-se os processos de crescimento desordenado das cidades que marcadamente revelam as dificuldades de controle social sobre os investimentos, que atuam em sentido diametralmente oposto às lógicas de ordenamento do uso do solo, desnudam a ausência de determinação de padrões de atividades econômicas, sobretudo quando se consolidam a partir de megaprojetos intraurbanos, que alteram as dinâmicas de seu desenvolvimento e impactam fortemente a vida das comunidades. Estas formas de produção do urbano como “espaço-mercadoria” confrontam os árduos ganhos que a sociedade brasileira tem consolidado desde o Estatuto das Cidades, passando por elementos da Política Ambiental Urbana, entre outros.

Formas de produção que extrapolam o controle social sobre os diversos espaços, mormente aqueles ligados à centralidade urbana, que perdem suas identidades, suas historicidades e passam por reestruturações e recriações de valores, quando não são marcadas pelo abandono e a segregação espacial. Dinâmicas orientadas por uma lógica especulativa dos espaços produzindo cidades mercadorias, cidades como consumo, determinando usos para determinados cidadãos e negação à cidade em relação a outros, sobretudo quando alicerçados em práticas de uso socioespacial que excluem as comunidades locais.

O segundo grupo de artigos traz à tona preocupações acerca do processo de produção do conhecimento e como este se desenvolve nos diversos níveis de formação. O ensino deve conduzir às atividades formativas integrais e que sejam capazes de construir novas experiências conceituais que se reestruturam frente aos conhecimentos existentes. Esse processo conduz a uma lógica de formação crítica, ao ponderar o novo frente à trajetória de vida e aos valores estruturados, o que tende a construir para o indivíduo responsabilidade e a autonomia sobre o processo de aprendizagem.

Este desenvolvimento permite um olhar crítico, considerando as influências que marcam as formas de aprendizagem e compreensão, não apenas

nos níveis elementares de aprendizagem, mas em todos os níveis de ensino e produção científica. Considera-se que a reflexão sobre a trajetória de construção do pensamento de uma ciência, é a reconstrução histórica de sujeitos históricos, que determinaram formas de compreender a realidade, formas estas que passam a mediar e determinar limites ou superação de paradigmas. Em verdade esta é a trajetória dos três últimos artigos deste número, ao apresentarem experiências práticas de sala de aula e de trabalho de campo e ao analisar a experiência da produção nos cursos de Pós-graduação, relativa ao Pensamento Geográfico no Brasil.

Assim, o artigo que abre o primeiro grupo, relativo ao espaço urbano intitula-se A aplicabilidade do estudo de impacto de vizinhança na cadeia produtiva de megaprojetos urbanos: o caso do aeroporto de Congonhas. Produzido por Silva e Lollo, pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, o artigo propõe um referencial metodológico para previsão, levantamento, e avaliação de impactos de grandes projetos e tem como base empírica o Aeroporto de São Paulo-Congonhas, determinando os impactos de vizinhança decorrentes de sua implantação. Identificam os autores a capacidade de atração de centenas de empresas oferecendo produtos e serviços à população que ali trabalha ou reside, impactando a vizinhança que o circunda, alterando a dinâmica urbana da cidade. Concluem ainda que o modelo apresenta importância neste tipo de análise considerando sua capacidade de evidenciar processos de concentração de atividades, subsidiar ações de planejamento urbano que visem um crescimento mais equilibrado das cidades.

O segundo artigo A formação histórica da centralidade regional de Mossoró-RN e sua repercussão no espaço urbano é apresentado por Oliveira, docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e reúne reflexões sobre a composição da centralidade regional assumida pela cidade de Mossoró e algumas de suas condições fundamentais. Conclui o autor que esta polaridade-centralidade exercida mantém-se coerente com os fatores definidores da reprodução do capital, pois tal hegemonia é também um produto, um meio e também condição da predominância deste sistema de produção. Destaca ainda que a desigualdade se reproduz de forma concomitante a outras espacialidades centrais urbanas do país.

Utilização de um sistema de informação geográfica em avaliações de aluguéis de imóveis refere-se ao título do terceiro artigo apresentado por Nadal, Delazari, Andrade e Ganassin, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná. Os autores apresentam um modelo de avaliação de valores de aluguéis, por meio da ferramenta SIG. Tendo como base empírica as análises das estruturas de valores de aluguéis no Município de Curitiba, os autores concluem que o ambiente computacional produzido permite criar padrões de avaliação, pode ser gerador de informações imobiliárias e mercadológicas, sem desconsiderar o necessário domínio das lógicas de expansão urbana e dinâmicas do mercado imobiliário por parte dos analistas.

O quarto artigo deste número se trata da contribuição de Amaral, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, e tem como título Quando o apito não tocou: uma perspectiva multiterritorial de um bairro operário em declínio (Barreto – Niterói-RJ). A autora ao fazer uso dos pressupostos teóricos de abordagem multiterritorial, associa estas reflexões para os estudos de classe e culturas de classe, discutindo como se deu o processo de re-significação de identidades sociais e as estratégias de re-apropriação do espaço por parte dos antigos trabalhadores/ moradores do bairro, a partir da década de 1970, com seu esvaziamento industrial. Conclui a autora que nesta trajetória de re-significação os moradores do Barreto acabaram forjando novas relações que os fizeram – e ainda fazem subsistir à exclusão extrema.

Gestão educativa do turismo: fundamentos de uma cidadania emancipadora é o título do artigo apresentado por Oliveira e Sousa, pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC). Destacam os autores as razões de uma dinâmica tão descontínua para a realização de viagens técnicas escolares, apontando que estas práticas pedagógicas são geralmente tratadas como trabalho “extraordinário” ou complementar. Em contraposição denotam os padrões de turismo educativo realizados pelas escolas em suas práticas de intercâmbio e concluem que as atividades permitem recriar as bases contemporâneas da aula de campo afinadas à consolidação do papel educacional do Turismo. Evidenciaram as potencialidades de diálogo entre os dois campos: o Ensino Escolar, com ênfase a disciplina de

Geografia pelo caráter multidisciplinar evidente, e o Turismo, que se estabelece com o uso do espaço/região/território/lugar, na configuração de suas renovações.

A Avaliação da eficiência da aula e experimento sobre salinidade do solo, em alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Custódia da Silva Pedreira em Porto Nacional – TO refere-se a uma experiência pedagógica que tem como fundamento articular as questões locais aos processos de aprendizagem. A salinidade do solo está presente em regiões costeiras de influência marinha e/ou fluvio-marinha tais como restingas, manguezais e em algumas regiões semiáridas. O trabalho identificou o conhecimento dos alunos utilizando avaliação provocativa e interativa sobre o tema. Os autores Guimarães e Santos, do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, concluíram que este eixo temático embora tivesse uma relação direta com a vivência dos alunos, sempre tratado de forma complementar nas aulas de Geografia, bem como conteúdos relativos à distribuição dos solos salinos, agricultura irrigada e vegetação adaptada a esta condição do solo no Brasil. Destacam os autores sobre a importância do professor realizar uma relação entre a teoria e a prática, visando o ensino contextualizando e a aprendizagem reflexiva dos alunos.

O último artigo deste número traz uma reflexão sobre a produção da Pós-graduação em Geografia, particularmente sobre as teses e dissertações elaboradas tendo como eixo central a História do Pensamento em Geografia. Intitulada Avaliando parte da Pós-graduação em Geografia até 2000, Guidugli e Campos (UNESP, C. Rio Claro) realizam um inventário de dissertações e reflexionam sobre a situação da Pós-graduação no Brasil. Concluem os autores sobre a necessidade, da produção geográfica, remeter seu olhar para seu passado. Existem muitas vozes esquecidas, e sem dar fala às mesmas, o caminhar da produção geográfica se tornará mais difícil, sobretudo quando as análises perdem a dimensão histórica de seus sujeitos e de suas reflexões críticas.

Para finalizar asseveramos a satisfação de trazer ao público este conjunto de artigos, desejando que estas reflexões sejam pautadas por críticas e releituras, enriquecendo o conhecimento geográfico e das outras áreas que dialogam com a Geografia.

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Editor Chefe